

HUM@NÆ

Questões controversas do mundo contemporâneo

n. 17, n. 2

RACISMO ESTRUTURAL E DESCOLONIZAÇÃO: um recorte sobre as relações entre a saúde mental do povo negro e a formação em Psicologia

Mailson Nogueira ALVES¹

Resumo

O presente trabalho objetivou analisar como o racismo estrutural no Brasil impacta a formação dos psicólogos e os possíveis efeitos no seu fazer diário enquanto profissão. Serão apresentadas as contribuições científicas que auxiliaram na perpetuação do racismo científico no Brasil e a forma que todo esse cenário impactou a Psicologia, passando por autores como Silvio de Almeida (2019), Frantz Fanon (1967), Lucas Veiga (2021) e pelas publicações do próprio Conselho Federal de Psicologia (CFP) acerca da temática racial; O estudo visa contribuir para a formação dos psicólogos no Brasil, que ainda legitimam práticas racistas, sem o devido debate. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica de documentos relacionados com a temática buscando leituras que discorrem sobre as formas de racismo estrutural dentro da formação do psicólogo e que se reproduzem em práticas que legitimam o preconceito.

Palavras chave: Racismo Estrutural, Psicologia, Saúde Mental

Abstract

This study aimed to analyze how structural racism impacts the training of psychologists and the possible effects on their daily work as a profession. This study is followed by scientific contributions that are a helping factor in the perpetuation of scientific racism in Brazil, and how this scenario made an impact in the Psychology field, through authors such as Silvio de Almeida (2019), Frantz Fanon (1967) and publications by the Federal Council of Psychology. (FCP). Within the racial discussion, the study aims to contribute to the training of psychologists in Brazil, who still legitimize racist practices, without a fair debate. A bibliographical research of documents related to the theme was made and thoroughly discussed, seeking

¹ Graduado em Psicologia pela Universidade da Amazônia (2017 - 2022), Psicólogo Clínico (CRP- 10/08474) com ênfase na abordagem Fenomenológica Existencial. Possui experiência na área de Psicologia Clínica, Social e Comunitária, além de realizar pesquisas sobre Negritude, Existencialismo, relações de poder e resistência e Psicopolítica; Responsável Técnico do projeto Psicologia Papaxibé (2021- Atual) e Pesquisador do Grupo de Pesquisa Filosofia Prática: Investigação em Política, Ética e Direito – CNPq/UFPA. Email: mailson.alves@ifch.ufpa.br

readings that explain the forms of structural racism within the training of psychologists and that are still reproduced in practices that legitimize this prejudice.

Keywords: Structural Racism, Racial Psychology, Mental Health

Introdução

A estrutura social do Brasil passa por noções de ideologias dominantes e secundárias, que vão abarcar o linguajar de julgamento sobre o que é louvável e o que não é, Oliveira (2002, p. 35) afirma que

O julgamento humano sobre o diferente, em nossa relação espaçotemporal, calca-se na desigualdade. A sociedade ocidental moderna capitalista, heterogestionária, patriarcal, viciada em hierarquias - parece ser viciada na segregação do diferente. Um dos alicerces morais dessa sociedade parece ser que confirmamos nossa lealdade ao grupo ao afirmar a deslealdade de outros. Nossa lealdade ao grupo parece seguir uma lógica de mercado: ela é comprada. Compramos nossa participação na comunidade através da exclusão de outros.

Os outros excluídos seriam o povo preto de periferia, que sobrevive sofrendo o impacto direto na saúde mental desde a abolição da escravatura, e a psicologia caminhou em conjunto com um pensamento individualista que auxilia no processo de adoecimento desses sujeitos através da exclusão, que segundo Marcon e Furlan (2020, p. 2) seria um “modo de ser no qual prevalece um enfoque excessivo na esfera pessoal, em que o particular sempre aparece como mais importante e, em última instância, mais dotado de sentido e propósito do que o coletivo”

Essa estrutura social individualizante que se modifica no passar das décadas é muito bem arquitetada sob o mito da democracia racial, e por isso acaba por sofrer os impactos causados pelo racismo estrutural, e este por consequência também vai afetar diretamente esses sujeitos, esse pensamento também é um reflexo da sociedade brasileira, e vai se espelhar na forma de ser relacionar com esses sujeitos, tornando todas essas questões muito mais complexas por acontecerem em um cenário de desigualdade total, por isso Azeredo (2002, p.15) pontua que a

“pluralidade étnica” aqui torna-se um desafio, sobretudo para a Psicologia, uma disciplina que tem privilegiado o enfoque individualista, não prestando atenção às determinações históricas nem tampouco à dimensão política da constituição do ser humano.

Acredita-se que continuar perpetuando esse estado, significa compactuar com o processo que produz a desigualdade, portanto, se faz uma necessidade de refletir

como práticas racistas das (dos) psicólogas (os) nos espaços de políticas públicas podem vir a impactar a saúde mental das pessoas negras e pobres do Brasil? Afinal de acordo com o Código de Ética do Psicólogo (Conselho Federal de Psicologia, 2005, p.7):

II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.

E considerando que a formação ainda limitada no debate de questões de gênero e raça, levando a uma prática que legítima, muitas vezes, o racismo, a homofobia, a misoginia, e tantos preconceitos que impactam na saúde mental das pessoas, principalmente as mais pobres o CFP (2017, p. 75) traz a reflexão de que historicamente a Psicologia brasileira serviu como agravante do racismo, produzindo conhecimento que o legitima, validando estereótipos infundados por meio de eurocentrismos discriminatórios, tomando como exemplo o padrão social que não atende a diversidade brasileira. Hoje, infelizmente ainda é comum perceber a Psicologia se mantendo conivente com o aumento desse olhar, silenciando-se diante das desigualdades políticas, dentre elas, o racismo e o sexismo, ao deixar de dispor de seu arcabouço teórico, ao silenciar esses temas em suas produções acadêmicas, ao não acolher seus efeitos diante de demandas repetidamente escancaradas e ignoradas, omite-se de participar do enfrentamento político daquelas modalidades de violência, reafirmando invisível a demanda de mais da metade da população brasileira.

Marcus Vinicius Oliveira (2003) vai argumentar que nas últimas décadas, a Psicologia, vem debatendo questões que por séculos levaram ao adoecimento mental das pessoas, buscando a construção de uma agenda de Direitos Humanos para a profissão. Vale ressaltar que não tratar do racismo na formação não é prerrogativa exclusiva da Psicologia brasileira, pelo contrário, ocultar essa temática faz parte de uma estratégia da discriminação racial brasileira. Historicamente o racismo velado vem se perpetuando nas relações sociais, sendo ainda muito mais cruel. Portanto, reconhecer o racismo estrutural na sociedade brasileira se coloca como uma exigência fundamental para que a Psicologia saia da posição de

cúmplice para a manutenção de tantos preconceitos dentro da sociedade brasileira.

A Psicologia não reconhecendo a existência do problema da discriminação racial, que inferioriza socialmente os elementos da raça negra, deixa de colaborar para esclarecer uma experiência emocional extremamente relevante que é a humilhação social que acomete milhões de indivíduos (OLIVEIRA, 2003, p.107).

Mesmo nesse cenário, é inegável o quanto a Psicologia é a profissão do momento. Muito se fala de saúde mental e dos psicólogos, é só observar nas revistas e livros, nas verbas de pesquisa, na proliferação de cursos e escolas e no milagroso surgimento de novidades clínicas, terapêuticas e outras formas de possíveis intervenções capazes de “resolver” os “problemas humanos” (BOTOMÉ. 2010 apud YAMAMOTO & COSTA 2010. P, 172.) Entretanto, hoje é necessário se questionar sobre do que se ocupam os psicólogos nas suas atividades profissionais?

com que compromisso ético-político? Quais princípios e teorias as(os) psicólogas(os) têm trabalhado? Estão preparados para uma atuação inclusiva de fato? Como são abordados os mais diversos sofrimentos psíquicos? Quais as ferramentas disponíveis para a intervenção no campo das relações raciais nos mais diversos contextos? Para então, desse modo, continuar avançando na construção da Psicologia como ciência e profissão (Conselho Federal de Psicologia, 2017, p. 75).

Se torna emergencial analisarmos historicamente o processo de formação das (dos) psicólogas (os) no Brasil dentro de uma perspectiva interseccional, assim como identificar as mudanças na Psicologia enquanto ciência e profissão ao longo do tempo, na busca de atender as demandas sociais existentes e reduzindo seu caráter elitista. Esse caminho poderá contribuir para formar psicólogas(os) e professoras(es) que se sensibilizem com a temática racial, e possam incluir, de forma transversal, nas disciplinas da Psicologia, temáticas como o racismo e outras formas de exclusão presentes na sociedade brasileira, visando construir uma Psicologia realmente comprometida com a transformação para uma sociedade mais igualitária.

O histórico do racismo estrutural no Brasil e suas influências

MASIERO (2005) aponta que historicamente diversos países produziram teorias raciais, como, por exemplo, tivemos o Apartheid na África em 1948 ou as próprias Leis de Jim Crow no final do século XIX nos Estados Unidos, esses saberes encontraram em determinados momentos de suas histórias, ocasiões em que cooperaram entre si em função de segregar. No Brasil tivemos alguns eventos envolvendo a questão do “aprimoramento racial”.

Esses eventos acabaram influenciando boa parte dos intelectuais brasileiros da época, pois, estes trataram direta ou indiretamente de problemas acerca da psicologia do brasileiro, abordando assuntos como o comportamento, a inteligência e a personalidade, tentando reduzir a Psicologia aos aspectos étnicos. O processo de atribuir transtornos a sujeitos com o fim de justificar comportamentos e políticas racistas não é algo novo no Brasil. A Psicologia contribuiu com a patologização do negro no Brasil influenciada pelos estudos do psiquiatra Nina Rodrigues e do psicólogo e psiquiatra Arthur Ramos, dentre outros.

O Psiquiatra Nina Rodrigues que se dedicou “ao estudo das culturas e etnias oriundas da África, que ele enxergava como selvagem e intelectualmente subdesenvolvida” (SANTOS. 2019) erroneamente ainda é considerado um Africanólogo no Brasil, contribuiu fortemente para a disseminação de preconceitos raciais envolvidos em teorias científicas tais como a “Teoria da Evolução Filogenética da Humanidade” e a “Teoria do Criminoso Nato”, ambas teorias que se complementam e se pautam em discutir uma forma de controle social fomentando a ideia de uma hierarquização de brancos e negros

o que implica a diferenciação de penas para criminosos, segundo suas tendências biologicamente determinadas. Neste sentido, para Rodrigues o importante seria o criminoso e não o crime. Sustentamos que sua concepção não aplicava a mesma penalidade criminal para os brancos (mais evoluídos) e para os negros (menos evoluídos) (RODRIGUES, 2009, p. 83).

Nesse contexto é possível observar as influências que moldam nosso sistema carcerário até hoje, e apesar de Nina Rodrigues ser mulato, ele se considerava branco, afirmação que vigorou como verdade devido sua posição social. Sua influência vai desde o jurídico ao social, no social ele promoveu a construção de estereótipos tais como o “negro feiticeiro” e ‘nega maluca”, desqualificando a mulher

negra e desvalorizando as religiões afro. (LUZ. Marco Aurélio, 2008)

A questão dos estereótipos, segundo LUZ (2008), tem o papel de rebaixar a autoestima impactando diretamente na constituição da identidade. A introjeção dos estereótipos envolve dois lados (Branco e Negro), os que sofrerão do complexo de superioridade e os que sofrerão do complexo de inferioridade. E, nesse momento entram as pesquisas e contribuições Psicanalíticas de Arthur Ramos. Ele foi um importante etnólogo, psiquiatra, psicólogo, antropólogo e psicanalista do período de 1930- 1950 e foi muito influenciado pelas pesquisas realizadas por Nina Rodrigues. Se interessou pela questão do negro no Brasil e conduziu diversas pesquisas, suas contribuições trazem a perspectiva da superioridade de uma raça.

Arthur Ramos, psicanalista (?!), atribui ao complexo de Édipo um núcleo neurotizado da cultura afro-brasileira. Nesse caso, conclui Arthur Ramos, não existiriam "raças inferiores ou superiores", mas sim, culturas adiantadas e atrasadas, ou melhor, nevrosadas. Para Arthur Ramos e outros higienistas, nas décadas de quarenta e cinquenta do século XX, há que haver campanhas para "cientificamente", através da "educação", daí sua aliança com Anísio Teixeira, retirar os afrodescendentes da sua "prejudicial cultura neurotizada" (LUZ, 2008).

De acordo com Marco Aurélio Luz (2008) essas pesquisas contribuíram hoje para um imaginário de puro racismo, os impactos desse pensamento se estenderam para diversas facetas tais como religiosidade, que vem discorrer sobre o termo "Crioulo Doido" que surge com o fim de "atacar o desdobramento estético da religião, ocupando as festas de largo e o carnaval constituindo o que convencionou chamar de mundo do samba. Na música com o estereótipo do "samba do crioulo doido" na tentativa de desqualificar a arte da comunidade africano-brasileira, e no comportamento social, que naturaliza a animalização dos negros através do xingamento de "macaco"

Com a influência das pesquisas de Nina Rodrigues e Arthur Ramos, foi possibilitada a criação da sociedade eugênica no Brasil.

A realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929. Este recorte é necessário devido a dois motivos. Primeiramente, estes eventos marcaram a tentativa da institucionalização das teorias raciais no Brasil via políticas públicas; para tanto, contaram com o apoio de cientistas voltados direta ou indiretamente a pesquisas em diversas áreas da psicologia e psiquiatria (MASIERO. 2005).

Mas o que era esse movimento eugênico? A eugenia é um conceito inaugurado por Francis Galton (1822- 1911) que de acordo com ESPINHA (2017, p. 74- 75) foi

HumanÆ. Questões controversas do mundo contemporâneo, v. 17, n. 2 (2023). ISSN: 1517-7602

um ativo movimento científico e social que visava controlar os moldes da reprodução humana, promovendo casamentos pré-determinados entre grupos seletos com o objetivo de desencorajar uniões consideradas “prejudiciais” (interraciais).

Galton acreditava que suas intervenções eugênicas estavam agindo concretamente a favor da evolução da humanidade, livrando-a de crimes, doenças, feiura, dentre outros males. Suas ideias chegaram ao Brasil no final do século XIX, por meio de um grupo intelectual elitista, sendo amplamente aceitas pela medicina da época. (ESPINHA, 2017, p. 77).

Ainda de acordo com Espinha (2017) , o plano dos eugenistas era garantir a estimulação na juventude, o comportamento adequado à saúde racial deveria ser pautado pela educação e, acima de tudo, procurava-se uma forma de intervir no indivíduo para que pudesse moldar o *eu* de acordo com os sentimentos de responsabilidade da nação e da espécie humana; por isso era necessário transformar esses ideais em ciência, assim também seria possível ganhar confiança dos governantes com o fim de extinguir tudo que era nocivo, ou seja, dos pretos.

Toda essa construção para dar um caráter científico ao racismo culminou na fundamentação do racismo estrutural, Sílvia de Almeida (2018, p.46-47) na atualidade vai debater sobre os malefícios dessa estrutura a partir de duas noções a primeira que vai nos demonstrar que o racismo transcende o âmbito da ação individual, e na segunda que vai afirmar que o poder advém da construção das relações raciais a partir da organização estrutural em grupos direta ou indiretamente, ou seja, indivíduos pertencentes de um mesmo grupo estejam organizados ou não, terão mais possibilidades ou não devido a centralização das esferas de poder que perpassam quaisquer relações sejam individualistas, institucionais e sociais.

Essa noção da estrutura funcionando como uma lógica unilateral de poder, vai tornar possível “a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição e de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar” (ALMEIDA, 2018, p. 47), e a ordem social por excelência é racista, devido a uma construção nacional que tem como base uma política de apagamento da negritude, a instalação da estrutura como parte fundamental desse processo, nos demonstra a culminação das teorias racistas das quais algumas vimos aqui como parte de um projeto

científico social muito maior.

E a partir desse histórico, pode-se ter uma compreensão das formas que esse pensamento dominou a Psicologia, esse domínio de pensamento na ciência fez parte do seu processo de construção nas universidades e na prática psíquica produzindo adoecimento, Silvio (2018, p. 69) deixa claro o papel que a ciência tem influenciando o social, “não há racismo sem teoria” e, por isso, “seria completamente inútil perguntar-se se as teorias racistas procedem das elites ou das massas, das classes dominantes ou das classes dominadas” como podemos perceber o racismo surge justamente da ciência e se perpetua no social, e se omitir e/ou não preparar-se para atuar em determinados espaços levando em conta esse aspecto social é tornar-se conivente com uma estrutura que continua privilegiando pessoas brancas reafirmando invisível a demanda de mais da metade da população brasileira.

O racismo estrutural e seus impactos psicossociais

Foucault (1978) demonstra em suas obras o quanto a construção do saber psiquiátrico está indissociável de formas de instauração do sistema disciplinar de dominação, ou seja, no caso específico da saúde mental, não apenas a expressão dos sofrimentos psíquicos, como também a forma de conhecê-los e conceitualizá-los está condicionada “historicamente às culturas”.

Engel (1999) afirma que a questão que envolve raça e transtorno mental é um fator muito importante para avaliarmos as dimensões políticas e sociais impostas pelo saber e pela prática alienista no Brasil das últimas décadas do século passado. Afinal, mesmo que sempre zelosos quando se tratam da vastidão e a imprecisão dos limites que dizem respeito a categorização de transtornos mentais, os psiquiatras pressupunham que a loucura não escolhia raça, porém, isso não os impediu de construir precocemente relações próximas entre os transtornos mentais e as raças tratadas como inferiores. Esse processo de equiparar a sanidade mental à cor da pele já estava tão intrínseco no social que a migração para um status de sociedade racista foi quase que um movimento natural que se amparou e empoderou-se em pseudo científismos /segregadores, como apontam Ignácio e Mattos (2019, p. 68):

Considera-se que lidar com uma cultura racista implica necessariamente observar como efeito a “mumificação”⁷⁽³⁸⁾ de determinada cultura. Ou seja, ao lidar com forças racistas, observa-se que elas operam de modo a

atenuar a vivacidade da cultura vítima do racismo, no bloqueio de determinados modos de existência e, principalmente, na sua possibilidade de inclusão na história rumo a um futuro progressista

Concordante a essa ideia, Silva (2005) traz a perspectiva de que o racismo estrutural acaba por promover uma vivência na sociedade brasileira de um estado de tensão emocional diário e permanente, que oscila entre sentir-se perseguido ou sentir-se um perseguidor, possibilitando a criação de acessos desiguais para negros e pobres, naturalizando-se e tornando-se imperceptível ao conjunto da sociedade, tornando o negro um objeto que atua em função de outros objetos.

Encerrado nessa objetividade esmagadora, supliquei a outro alguém. Seu olhar libertador, deslizando sobre o meu corpo subitamente livre de asperezas, restituiu em mim uma leveza que eu acreditava perdida e, afastando-me do mundo, devolveu-me ao mundo. Mas, lá, tropecei já na contravertente, e o outro, por meio de gestos, atitudes, olhares, fixou-me, como se fixa um corante com um estabilizador. Eu me enfureci, exigi uma explicação... Nada adiantou. Explodi. Eis aqui os estilhaços recolhidos por um outro eu (FANON, 2020, p. 125).

Nesse cenário de completa tensão tal qual descrito por Fanon (2020), se torna possível o aprofundamento das consequências psicossociais, pois, Veiga (2015) afirma que “Vivemos num país antinegro”, e Veiga (2021) completa essa afirmação debatendo que isto, conseqüentemente afeta as subjetividades, ou seja, seus modos de ser, estar, sentir e perceber o mundo, gerando uma extração de valor em cima do que é a figura do Negro a partir de uma produção de discurso e imaginação que descreve e inscreve no seio social a figura da negritude tal como inferior, perigosa, suspeita e incapaz e ao mesmo tempo, se constrói uma acumulação positiva em cima da imagem da branquitude como um contra ponto ao negro, que esta vai usufruir de pré- conceitos como poder, intelectualidade, beleza, humanidade e a própria estrutura social que aqui, é muito bem arquitetada e tem impacto em todas as esferas sociais, isso faz com que o racismo esteja presente em todos os locais promovendo uma perspectiva de adoecimento psíquico muito forte em pessoas pretas e pobres.

[...] tais desigualdades acabam sendo erroneamente avaliadas como ato persecutório por negros e negras no conjunto das relações sociais, afetando, desse modo, a subjetividade e a construção da identidade, o que, mais uma vez, contribui e reforça a produção de uma existência de “ser negro e negra” pautada e a serviço da colonialidade (SILVA. 2005).

Graças ao cenário racial brasileiro, foi possível o crescimento e disseminação da ideia de que os negros e mestiços predispunham-se à loucura por serem povos

degenerados desde a sua base, não é à toa que uma boa porcentagem da população dos manicômios era de pessoas negras, entretanto, mesmo quando não eram classificados degenerados, os indivíduos que pertenciam a tais raças eram vistos como inferiores e, por isso, foram considerados durante anos, menos capazes de enfrentar ou adaptar-se à sociedade, fazendo assim, com que os considerassem assim ‘mais propensos’ à degeneração (Engel, 1999, p. 5), vivenciar esse ambiente de constante opressão pelo fato de se ser uma pessoa racializadas, pode gerar o que Veiga (2021, p. 26) vai chamar de “negação de si mesmo” propiciando a criação de um quadro clínico aonde o sujeito se inflige de um auto-ódio ou complexo de inferioridade resultando na perda de sentido da vida ou comportamentos autodestrutivos,

Nesse sentido, o inconsciente coletivo marcado pelo racismo e sexismo, manifestado através dos preconceitos, estereótipo e discriminação, é gerador de situações de violência física e simbólica, que produzem marcas psíquicas, ocasionam dificuldades e distorcem sentimentos e percepções de si mesmo (SILVA, 2005, p. 130).

Pensar uma Psicologia preta nos tempos de hoje é um ato revolucionário, afinal, Fanon (2020, p. 125) afirma que “enquanto o negro estiver em seu lar, não precisará, exceto por ocasião de lutas internas de menor gravidades, pôr seu ser à prova de outrem”, e fazer da psicologia o lar do negro é uma emergência pro agora. Tornar não só a clínica, mas todos os espaços da Psicologia como sendo espaços de acolhimento a negritude, e promover também um espaço de escuta realmente descolonizada daquele sofrimento por que

qualquer ontologia se torna irrealizável em uma sociedade colonizada e civilizada... A ontologia, quando se admite de uma vez por todas que ela deixa de lado a existência, não nos permite compreender o ser do negro. Pois o negro já não precisa ser negro, mas precisa sê-lo diante do branco (FANON, 2020, p.125).

e nesse processo de tentar não Ser para o branco, é incontestável que as vítimas depreconceitoracialmerecema atenção de uma ciência psicológica especializada tanto no indivíduo, que é o caso da Psicologia clínica, quanto focando no coletivo, através da Psicologia social. E apesar do pouco espaço que esse debate tem tido, mais do que nunca devemos reiterar que é importante garantir a possibilidade de analisarmos os processos de identificação do negro em suas relações individuais e coletivas na sociedade por que esses processos vão construir

sua autoestima (SILVA, 2018, p.2). Portanto,

É evidente que ambiente social sobre o qual o indivíduo está presente e atua é de extrema importância para a manutenção da sua saúde mental. É possível afirmar que o ambiente em que a população negra reside, muitas vezes afastados dos centros urbanos, áreas violentas, sem saneamento básico e educação adequada, aumenta os níveis de estresse do indivíduo e influencia profundamente em problemas em sua saúde mental (OLIVEIRA; MAGNAVITA; SANTOS, 2017 apud GONÇALVES, Wendy et al, 2020, p. 9).

A prática psi tem que se voltar cada vez mais para as questões da nossa realidade e deixar os saberes eurocêntricos de lado, e isso é um problema da nossa formação, a base não considera estudar os teóricos da psicologia preta ou até mesmo as temáticas a fundo afim de discutir e possibilitar a criação de espaços e expansão da atuação, apesar disso, esses saberes que são explorados vastamente ainda são de suma importância para a nossa constituição histórica, mas eles não falam da nossa realidade brasileira que cada vez mais tem adoecido por ignorar nossas raízes profundas que são provenientes do genocídio preto e indígena.

O racismo na formação e prática da Psicologia Brasileira

Apesar da Resolução CFP 018/2002 estabelecer normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e discriminação racial, a formação não debate em seus estudos essa questão, Veiga (2021, p. 83) acrescenta que a subjetividade negra não é um fator predominante ou considerado nos cursos de graduação em Psicologia, o que acarreta consequências diretas a população negra, que acabam se tornando vítimas de racismo pelos profissionais que deveriam acolhe-los, reafirmando a realidade social elitista e preconceituosa que reproduzem esse olhar, utilizando instrumentos e técnicas psicológicas para manter ou reforçar preconceitos.

A baixa representatividade de negros no ensino superior é mais uma evidência da desigualdade de oportunidades, um desafio que a Psicologia precisa enfrentar, pois é obstáculo para a diversidade na profissão. “Ao limitar-se às conceituações brancas e europeias sobre saúde mental e sofrimento psíquico, a psicologia brasileira deixa de contemplar e tratar adequadamente 54% da população do país, composta por negros e negras” (Veiga, 2021, p. 83)

Em 2013 foi criado um grupo no Conselho Federal de Psicologia objetivando debater as questões raciais e mapear psicólogos negros, quilombolas e indígenas; fazer gestão para que a Resolução seja cobrada em concursos públicos para

psicólogos; propor políticas públicas sobre o tema, além de dar publicidade às denúncias de racismo, dentre outras ações pertinentes ao tema, considerando as infrações éticas envolvendo psicólogos. (Relatório de atividades do GT para evidenciar a Resolução CFP nº 18/2002. CFP, 12/ 2013)

É impossível falar do racismo na formação do psicólogo sem levar em consideração dois tópicos que serão de fundamental importância, primeiro perceber o negro nas bases teóricas que moldam a formação e prática da Psicologia, e o segundo seria o impacto do racismo estrutural da sociedade nas práticas dos profissionais.

Fato é que “nem Freud, nem Adler, nem mesmo o cósmico Jung contemplaram os negros no decorrer de suas pesquisas” (Fanon, 2020, p. 166). Os estudos repassados aos alunos dentro das universidades brasileiras hoje, são de culturas americanas e europeias. Pesquisas científicas concentradas nas mãos de uma elite branca e burguesa, o que não favorece as ações afirmativas. Não é o branco burguês que irá dizer se é ou não racista, assim como não é o homem patriarcal que dirá se é ou não machista, “Uma criança negra normal, tendo crescido em uma família normal, passará a ser anormal ao menor contato com mundo branco. Essa proposição não será facilmente compreendida” (FANON, 2020, p. 159) será necessário estudar autores negros, pesquisadores negros para conhecer o outro polo da relação. Muitos desses estudos foram produzidos em épocas do auge da invasão europeia no continente africano. Não pensar na questão do negro, não é só uma coincidência, é fruto de uma cultura que descrebiliza e animaliza pessoas negras desde o ventre.

Ainda de acordo com o mesmo autor, dentro desse contexto, podemos observar, que não só Freud, mais seus precedentes, mesmo após a abolição da escravatura em vários países do mundo, continuaram não pensando o negro em suas contribuições científicas, no real se passou a considerar que a mesma noção já existente se aplicava a realidade do preto, sem ouvir suas vozes e conhecer sua realidade, esse processo é fruto de toda uma construção colonialista que não é somente social, é também existencial.

O sucesso da colonização se baseia na capacidade não apenas de colonizar territórios geográficos, mas na capacidade também de colonizar territórios existenciais, o inconsciente. Racismo, machismo. lgbtfobia são

produtos da máquina colonial de produção de subjetividade, produtos que operam um corte na realidade e que dividem o mundo num arranjo que compõe quem exerce violência e quem a sofre (VEIGA, 2021, p. 81).

Partindo desse cenário para o seu desenrolar na atualidade, Veiga (2019) nos possibilita avaliar o ambiente acadêmico da Psicologia estando impregnados de colonialismo. Os autores de referência são justamente os homens-brancos europeus e norte-americanos, tais como, Freud, Lacan, Adler, Jung e ainda podemos citar Rogers, Skinner, Perls, dentre outros.

Como desdobramento dessa colonização do pensamento, homens-brancos-europeus foram tomados como sabedores das questões filosóficas, existenciais, políticas, econômicas, artísticas e psicológicas de todos os povos. O pensamento colonial é universalista, mas nega que o seja como um ato de resistência sintomático de negação da própria doença (VEIGA, 2021, p. 82).

Ou seja, a Psicologia na academia reafirma o sintoma colonialista tal qual demonstra que esses autores pensaram a Psicologia dentro dos limites da sua realidade, ou seja, a realidade branca europeia. De fato, são importantes no desenrolar da história ocidental da Psicologia clínica, porém, os seus conceitos foram idealizados para manejar as subjetividades brancas com foco no sofrimento psíquico, “com demasiada frequência se esquece de que a neurose não é constitutiva da realidade humana. Queira-se ou não, o complexo de Édipo está longe de ser uma realidade entre os negros.” (Fanon, 2020, p. 166- 167)

A “adaptação” dos conceitos psicológicos e psicanalíticos produzidos na Europa desconsideram a construção sociocultural da subjetividade dos não-brancos e impõem uma nosologia à imagem e semelhança da subjetividade do colonizador. Como não é questionada a Psicologia enquanto ciência, torna-se comum a existência do racismo estrutural da sociedade brasileira dentro da formação teórica e prática das (dos) psicólogas (os), Silvio Almeida em seu livro *O que é o Racismo estrutural* (2018), que por sua vez, vem defini-lo na ideia de que

a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar. Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são inerentes –, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura (ALMEIDA, 2018, p. 36).

Dentro dessa mesma ideia, o CFP (2017, p. 75) aborda o fato de que historicamente a Psicologia brasileira enquanto estrutura provedora do processo de

saúde mental, serviu como agravante do racismo, produzindo conhecimentos que legitimassem estereótipos infundados que se amparam em eurocentrismos discriminatórios, tomando como exemplo o padrão social que não atende a diversidade brasileira como podemos ver ao longo desse capítulo, entretanto, precisamos continua descolonizando a Psicologia para poder integralizar a questão do negro em sua pratica, para que se possa libertar o Ser racializado do Negro.

Há uma busca pelo negro, clamam pelo negro, não pode ficar sem o negro, exigem-no, mas o querem temperado de determinada maneira. Infelizmente, o negro desmantela o sistema e viola os tratados. Será que o branco se insurgirá? Não, ele se arranja com isso (FANON, 2020, p. 188).

Ainda é comum perceber a Psicologia se mantendo conivente com o aumento desse olhar, silenciando-se diante das desigualdades políticas, dentre elas, o racismo e o sexismo, ao deixar de dispor de seu arcabouço teórico disciplinas que agreguem de forma ampla um olhar voltado a psicologia racial e/ ou o incentivo produções acadêmicas que abordem essas questões, ao não acolher seus efeitos diante de demandas repetidamente escancaradas e ignoradas, por isso devemos moldar o caminho para uma nova pratica da psicologia que agregue de fato a pluralidade brasileira amparada em nossa própria realidade, possibilitando um crescimento e popularização do campo enquanto promotor de saúde mental

Considerações

Considerar novos caminhos para a psicologia através da psicologia racial e uma emergência, mas esse caminho só é possível através do reconhecimento da problemática para assim pensar nas estratégias de mudança, ainda na psicologia há quem acredite que a temática racial não é um problema pro agora, mas podemos perceber que a História da Psicologia influenciando o presente, tem um papel fundamental na formação do profissional ou pesquisador ao investigar enquanto instrumento científico as modificações das suas estruturas e aplicações para além de sua suposta neutralidade.

É inegável que a situação atual da saúde mental do negro na sociedade e promotora de diversos transtornos físicos e psíquicos, tais como taquicardia, ansiedade, ataques de pânico, depressão, dificuldade de se abrir, ataques de raiva violenta e aparentemente não-provocada, depressão, hipertensão arterial, úlcera

gástrica, alcoolismo ou que até mesmo cai na situação problema que Fanon (2008) nos faz perceber, que é a de generalização das teorias existentes como se elas falassem da realidade do negro no Brasil e lhe fossem de bom uso, porém, não podemos esquecer que

As atitudes racistas são incorporadas às estruturas sociais, incluindo instituições políticas, educacionais, de saúde e diferentes equipamentos do Estado, causando acesso e tratamentos desiguais, que, na maioria das vezes, são imperceptíveis ao conjunto da sociedade, mas são, quase sempre, considerados pelos negros como ato persecutório (SILVA, 2004, p.130).

A ciência pode servir a interesses de classes para justificar métodos segregatórios em especial no Brasil, onde as teorias racistas foram outrora cultivadas por uma elite intelectual motivada mais por ideologia do que por progresso científico, por isso precisamos fazer com que a prática psi do futuro privilegie olhar os nossos dentro da nossa própria realidade e não mais sob a ótica colonialista eurocêntrica, instigar pesquisas sobre as problemáticas da nossa sociedade para privilegiar um cenário que tem muito a evoluir, é sim uma emergência, e a psicologia social pode e deve ser o agente promotor dessa revolução.

Referências

ALVES, Míriam Cristiane; JESUS, Jayro Pereira de; SCHOLZ, Danielle. **Paradigma da afrocentricidade e uma nova concepção de humanidade em saúde coletiva: reflexões sobre a relação entre saúde mental e racismo.** Saúde debate, Rio de Janeiro, v. 39, n. 106, p. 869-880, Sept. 2015.

AZEREDO, Sandra Maria da Mata. **O político, o público e a alteridade como desafios para a psicologia.** Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 22, n. 4, pág. 14-23, dezembro de 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932002000400003&lng=en&nrm=iso>. acesso em 05 de abril de 2021.

BERNARDO, André. **A Psicologia Preta e a saúde mental dos negros no Brasil.** Veja Saúde, 2019. Disponível em: <<https://saude.abril.com.br/blog/saude-e-pop/a-psicologia-preta-e-a-saudehttps://saude.abril.com.br/blog/saude-e-pop/a-psicologia-preta-e-a-saude-mental-dos-negros-no-brasil/mental-dos-negros-no-brasil/>>. Acesso em 09 abril 2019.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias uma introdução ao estudo de psicologia. 13. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1999**

BORSEZI, C. S. et al. **Representação social da psicologia e do psicólogo sob o olhar da comunidade de Assis/SP** - Brasil. *Psicol. Am. Lat.*, México, n. 14, out.2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870350X2008000300010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 jun. 2021.

COSTA, Ana Ludmila Freire; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Natal. Editora da UFRN. 2010

Conselho Federal de Psicologia. Relações Raciais Referencias Técnicas para a atuação de Psicólogos(a). ed. 1. Brasília: CFP, 2017

ENGEL, Magali Gouveia. **As fronteiras da ‘anormalidade’**: psiquiatria e controle social. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 547-563, Feb. 1999. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459701999000100001&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Apr.2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59701999000100001>.

ESPINHA, Tatiana Gomes. **A temática racial na formação em psicologia a partir da análise de projetos político-pedagógicos: silêncio e ocultação**. 2017. 1 recurso online (233 p.). Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<https://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/331586>>. Acesso em: 1 set. 2021.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. São Paulo: UBU editora, 2020.

FOUCAULT, M. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

GONÇALVES, Wendy et al. **Danos causados pelo racismo por meio de termos linguísticos na saúde mental da população negra e a importância da psicologia preta para esse público**: uma educação para as escolas. *Revista Casos e Consultoria*, Itajubá, v. 11, n. 1, p. 1-16, nov. 2020.

IGNACIO, Marcos Vinicius Marques; MATTOS, Ruben Araujo de. **O Grupo de Trabalho Racismo e Saúde Mental do Ministério da Saúde: a saúde mental da população negra como questão**. *Saúde debate* Rio de Janeiro, v. 43, n. spe8, pág. 66-78, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010311042019001300066&lng=en&nrm=iso>. acesso em 05 de abril de 2021. Epub 07 de agosto de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042019s805>.

LHULLIER, Louise A. **Quem é a Psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho**. 1. ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013.

MARCON, Gilberto Hoffmann; FURLAN, Reinaldo. **A questão identitária na pós-modernidade: autenticidade e individualismo em Charles Taylor**. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 31, e190048, 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010365642020000100201&lng=en&nrm=iso>. acesso em 05 de

abril de 2021. Epub 13 de março de 2020.

MASIERO, André Luís. A **Psicologia racial no Brasil** (1918-1929). *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 10, n. 2, pág. 199-206, agosto de 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X2005000200006&lng=en&nrm=iso>. acesso em 05 de abril de 2021.

OLIVEIRA, Caio Maximino de. **Pluralidade racial: um novo desafio para a psicologia**. *Psicol. cienc. prof. Brasília*, v. 22, n. 4, pág. 34-45, dezembro de 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932002000400005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 de abril de 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932002000400005>.

PEREIRA, Mauricio. **Racismo na educação: estratégia do estado & uma possibilidade de superação**. 2009. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

RODRIGUES, Elisa. RAÇA E CONTROLE SOCIAL NO PENSAMENTO DE NINA RODRIGUES. *Revista Múltiplas Leituras*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 81-107, jul. /dez. 2009.

SILVA, M.L. Racismo e os efeitos na saúde mental. In: BATISTA, L. E.; KALCKMANN, S. (Org.). **Seminário Saúde da População Negra Estado de São Paulo** 2004. São Paulo: Instituto de Saúde, 2005. p. 129-132.

SILVA, M.C.O impacto do racismo na saúde mental das vítimas. **Psicologia.pt - O Portal dos Psicólogos**, 2018. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1229.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2020.

VEIGA, Lucas Motta. **Clínica do Impossível Linhas de Cura e de Fuga**. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

VEIGA, Lucas Motta. **Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta**. *Fractal, Rev. Psicol.* Rio de Janeiro, v. 31, n. spe, p. 244-248, dezembro de 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198402922019000600244&lng=en&nrm=iso>. acesso em 19 de maio de 2021. Epub, 20 de dezembro de 2019. https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000.